

Etec
Taboão da
Serra

CPS
Centro
Paula Souza



**SÃO
PAULO**
GOVERNO
DO ESTADO



MANUAL DO ALUNO

2024

*Pça. Miguel Ortega, 135 - Pq. Assunção – Taboão da Serra – SP – 06754-160
Tel. 11 4701-1856 - e293dir@cps.sp.gov.br*

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO	5
CAPÍTULO II - DOS ESTÁGIOS.....	6
CAPÍTULO III - DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DA AVALIAÇÃO, DO RECONHECIMENTO E DA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	7
DO REGIME ESCOLAR	8
CAPÍTULO I - DO INGRESSO	8
CAPÍTULO II – DA CLASSIFICAÇÃO	9
CAPÍTULO III - DA RECLASSIFICAÇÃO	11
CAPÍTULO IV – DA MATRÍCULA.....	13
CAPÍTULO V - DA TRANSFERÊNCIA	15
CAPÍTULO VI - DA AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM	15
CAPÍTULO VII - DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA.....	18
CAPÍTULO VIII - DA PROMOÇÃO E RETENÇÃO	19
CAPÍTULO IX - DOS DIPLOMAS E CERTIFICADOS	22
CAPÍTULO X - DOS DIREITOS.....	23
CAPÍTULO XI - DOS DEVERES	24
CAPÍTULO XII - DAS PROIBIÇÕES.....	25
NORMAS DE CONVIVÊNCIA	25
OCORRÊNCIAS.....	29
CAPÍTULO XIII - DAS PENALIDADES.....	33
DOS DIREITOS E DEVERES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS.....	34

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS	34
CAPÍTULO II - DOS DEVERES	35
CONDIÇÕES ESPECIAIS DE ATIVIDADES ESCOLARES	35
GUARDA RELIGIOSA	36
REPRESENTANTE DE CLASSE	37
ATRIBUIÇÕES DO REPRESENTANTE DE TURMA	37
O REPRESENTANTE DE CLASSE PODERÁ SER DESTITUÍDO DO CARGO QUANDO:	38
RECLASSIFICAÇÃO	40
RECONSIDERAÇÃO	40
TRANCAMENTO DE MATRÍCULA	41
CONSELHO DE ESCOLA	41
ACESSANDO O SIGA – SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ACADÊMICA.....	42
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	46
EQUIPE GESTORA	47

Prezados(as) Alunos(as)

Sejam bem-vindos(as)!

CAPITULO I – APRESENTAÇÃO

Este manual foi elaborado a partir do **Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 87, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2022**

CAPITULO II - DOS ESTAGIOS

Artigo 49 - O estágio, obrigatório ou não, é ato educativo escolar supervisionado, podendo ser realizado em regime de parcerias, em locais que tenham efetivas condições de proporcionar aos alunos experiências profissionais ou desenvolvimento sociocultural ou científico, pela participação em situações reais de vida e de trabalho no seu meio.

Artigo 50 - O estágio, em função do perfil de formação profissional do aluno, poderá ser:

I- Obrigatório para o aluno, devendo nesse caso constar do Projeto Político de Curso (PPC) e da matriz curricular do curso de educação profissional e indicará a carga horária mínima a ser cumprida.

II- Não obrigatório, desenvolvido como atividade opcional, e será acrescido à carga horária regular e obrigatória do curso.

Artigo 51 – Os alunos egressos, que não realizaram estágio obrigatório em época oportuna e que comprovaram exercer ou ter exercido funções correspondentes às competências profissionais, desenvolvidas à luz do perfil profissional de conclusão do curso, poderão ser dispensados, no todo ou em parte, do cumprimento da carga horária mínima do estágio obrigatório, mediante avaliação pela escola, à exceção do curso técnico de Enfermagem.

Artigo 52 - A sistemática de orientação, supervisão e avaliação dos estágios, bem como a operacionalização de sua execução ou dispensa, será elaborada pela ETEC, consoante diretrizes expedidas pelo CEETEPS, respeitada a legislação.

Parágrafo único - Cumpridas as exigências legais, caberá o registro da carga horária do estágio efetuado pelo aluno em seu Histórico Escolar.

CAPITULO III - DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E DA AVALIAÇÃO, DO RECONHECIMENTO E DA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Artigo 53 - Observadas as normas do sistema de ensino, as unidades ETEC poderão avaliar, reconhecer e certificar competências adquiridas pelo interessado em:

I - componentes curriculares ou cursos, concluídos com aproveitamento e devidamente comprovados, na própria escola ou em outras escolas;

II - em estudos realizados fora do sistema formal de ensino;

III - no trabalho ou na experiência extraescolar;

IV- por reconhecimento e certificação de competências.

§ 1º - O processo de aproveitamento de estudos, avaliação, reconhecimento e certificação de competências, quando desenvolvido integralmente na unidade escolar, será realizado por uma comissão de três professores, designada pela direção que, para isso, utilizará exame de documentos, entrevistas, provas escritas e/ou práticas ou de outros instrumentos e emitirá parecer conclusivo validando as competências reconhecidas.

§ 2º - As competências reconhecidas poderão ser aproveitadas pelo aluno para fins de classificação ou prosseguimento de estudos.

§ 3º - A comissão, prevista no parágrafo 1º deste artigo, indicará os componentes curriculares da série ou módulo dos quais o aluno poderá ser dispensado para fins de continuidade de estudos.

§ 4º - Na educação profissional, serão utilizados como referência no processo de avaliação, reconhecimento e certificação de competências, o projeto político de curso (PPC) e o perfil profissional de conclusão dos módulos.

§ 5º - O disposto no parágrafo 4º deste artigo não se aplica aos alunos matriculados nos primeiros módulos ou primeiras séries.

§ 6º - O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, à dispensa de componentes curriculares da base nacional comum curricular e parte diversificada do ensino médio, desde que com anuência escrita do responsável legal pelo aluno se menor de idade.

Artigo 54 - O aluno retido em qualquer módulo da educação profissional ou série do ensino médio poderá optar por cursar apenas os componentes curriculares em que ficou retido, sendo dispensado daqueles em que obteve promoção, mediante solicitação do próprio aluno ou, se menor, de seu responsável legal.

DO REGIME ESCOLAR

CAPÍTULO I - DO INGRESSO

Artigo 55 - O acesso aos cursos e programas oferecidos pelas unidades Etec poderá ocorrer por diferentes estratégias, incluindo a possibilidade de realização de processo seletivo, observadas as exigências legais e os requisitos de acesso definidos no projeto político de curso.

Parágrafo único - será garantida divulgação pública da abertura de inscrições para ingresso nos cursos e programas, com indicação dos requisitos, condições e sistemática do processo.

Artigo 56 - A abertura de inscrições para ingresso nos cursos e programas de ensino médio e educação profissional técnica de nível médio será divulgada em ato legal publicado na imprensa oficial. Parágrafo único - o ingresso nos cursos das classes descentralizadas, instaladas mediante convênio, obedecerá ao estabelecido no objeto e no respectivo plano de trabalho do convênio, bem como à legislação em vigor.

Artigo 57 - Por razões de ordem didática e/ou administrativa que os justifiquem, poderão ser utilizados procedimentos diversificados para ingresso, sendo os candidatos deles notificados na ocasião de sua inscrição, conforme legislação própria.

CAPITULO II – DA CLASSIFICAÇÃO

Artigo 58 – A classificação dar-se-á para qualquer das séries ou módulos, exceto para os iniciais, devendo ocorrer quando:

I - promovido na série ou módulo anterior, na própria escola;

II - retido na série ou módulo anterior, na própria escola;

III - recebido por transferência;

IV - retornar ao curso após interrupção dos estudos;

V - requerer matrícula, a partir do segundo módulo ou série, para fins de ingresso na Etec, ocupando vagas remanescentes; ou

VI - estiver impedido, por caso fortuito, força maior ou outro motivo determinante, de comprovar escolaridade anterior.

§ 1º - Nos casos previstos pelos incisos I e II, a classificação do aluno será automática de acordo com o resultado do aproveitamento do aluno na própria escola.

§ 2º - Nos casos previstos pelos incisos III, IV e V, constitui condição para a classificação do aluno a correspondência entre competências demonstradas por ele, por meio de avaliação, e as previstas para determinada série ou módulo de cada curso.

§ 3º - Quando ocorrer o contido no inciso VI deste artigo, deve ser protocolado na Secretaria da Escola requerimento motivado e assinado pelo interessado ou, se menor, por seu responsável, com expressa indicação da série ou módulo em que pretende ser classificado.

§ 4º - A classificação no Ensino Médio constará de avaliação de competências referentes aos componentes curriculares da Base Nacional Comum e Língua Estrangeira Moderna da série imediatamente anterior à pretendida.

§ 5º - A classificação do aluno será realizada por uma comissão de três professores ou especialistas, designados pela Direção, mediante processo de avaliação e certificação de competências.

§ 6º - A comissão indicada no parágrafo quinto avaliará o candidato valendo-se de instrumentos, como entrevistas, provas teóricas e práticas, sendo dada ciência prévia ao interessado.

§ 7º - A comissão de professores ou especialistas apresentará ao Diretor um relatório com o parecer conclusivo, no prazo de cinco dias, a partir do final do processo de avaliação.

§ 8º - No prazo de cinco dias úteis, contados a partir da ciência do interessado, caberá pedido de reconsideração ao Diretor da Etec.

CAPITULO III - DA RECLASSIFICAÇÃO

Artigo 59 - Entende-se por reclassificação para fins deste regimento o ato da escola que revê a situação escolar do aluno face aos resultados do seu desempenho global, ou da sua frequência podendo alterar a classificação na série ou módulo, inclusive quando se tratar de recebimento de transferência, tendo como base as normas curriculares gerais.

Artigo 60 - A reclassificação definirá a série ou módulo em que o aluno deverá ser matriculado, a partir do parecer elaborado pelo conselho de classe.

Parágrafo único - o conselho de classe avaliará o desempenho do aluno:

1. obrigatoriamente, por meio de avaliações de competências e/ou de documentos comprobatórios de estudos anteriores concluídos com êxito, na própria escola ou em outros estabelecimentos; e
2. subsidiariamente, pelo seu desempenho no decorrer do semestre/ano, ou por meio de outros instrumentos tais como entrevistas, relatórios e outros, a critério da ETEC.

Artigo 61 - O conselho de classe poderá reclassificar o aluno retido por frequência na qual apresentou rendimento satisfatório durante o semestre/ano letivo em todos os componentes curriculares do módulo/série à vista dos fundamentos indicados no artigo 82 deste regimento.

Artigo 62 - A reclassificação do aluno poderá ocorrer por:

I- proposta de professor ou professores do aluno, com base em resultados de avaliação diagnóstica, ou no desempenho global do aluno ao longo do período letivo, fazendo prevalecer os aspectos qualitativos da aprendizagem do aluno sobre os quantitativos conforme prevê a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB); ou

II- por solicitação do aluno ou seu responsável, se menor, mediante requerimento dirigido ao diretor de escola técnica, até dez dias corridos da divulgação dos resultados finais, podendo requerer nova avaliação do seu desempenho escolar, ou apresentar fatos novos que subsidiem a análise do conselho de classe.

§ 1º - O processo de avaliação da reclassificação deverá estar concluído até o final da primeira quinzena do período letivo subsequente àquele de sua retenção.

§ 2º - O prazo a que se refere o parágrafo 1º deste artigo ficará suspenso no período de férias e recesso docentes.

Artigo 63 - No módulo ou série final de curso, caberá somente solicitação de reconsideração.

§ 1º - O aluno ou seu responsável, se menor, retido no módulo ou série final de curso poderá, se assim o entender, solicitar reconsideração do resultado a partir do desempenho global no curso.

§ 2º - O desempenho global do aluno, nos módulos e séries finais, será objeto de análise e deliberação do conselho de classe e estar concluído nos prazos das legislações vigentes.

CAPITULO IV – DA MATRICULA

Artigo 64 - A matrícula inicial poderá ser efetuada pelo próprio candidato, devidamente classificado, a partir dos 16 (dezesesseis) anos de idade.

§ 1º - A matrícula do candidato menor de 16 (dezesesseis) anos deverá ser realizada pelo seu representante legal.

§ 2º - Constará do requerimento a concordância expressa a este regimento comum e às outras normas em vigor na ETEC.

§ 3º - No ato da matrícula, na forma presencial ou remota, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos pela legislação que regulamenta o processo classificatório.

§ 4º - A matrícula nas séries ou módulos iniciais será confirmada no prazo de cinco dias letivos, a contar do início da série/módulo, ficando sujeita a cancelamento no caso da falta consecutiva do aluno, sem justificativa, durante o referido período.

§ 5º - Será autorizada a matrícula inicial durante os trinta dias consecutivos a partir do início das aulas, respeitada a ordem de classificação obtida pelo candidato no processo classificatório.

Artigo 65 - São condições para matrícula no ensino médio em seus respectivos itinerários formativos (áreas de conhecimento ou formação técnico-profissional).

I- na primeira série:

a) ter sido classificado no processo seletivo, de acordo com o número de vagas ofertadas, assegurado o direito dos alunos retidos e com trancamento de matrícula, nos termos desse regimento; e

b) ter concluído o ensino fundamental ou equivalente. II- a partir da segunda série: a) ter sido classificado por promoção ou retenção na própria escola; ou b) ter sido recebido por transferência; ou

c) ter sido classificado de acordo com o contido no artigo 58, seus parágrafos e incisos; ou

d) ter sido reclassificado, de acordo com o contido no artigo 59.

Artigo 66 - São condições para matrícula no ensino técnico concomitante subsequente:

I- no primeiro módulo:

a) ter sido classificado no processo seletivo, de acordo com o número de vagas, assegurado o direito dos alunos retidos e com trancamento de matrícula, nos termos desse Regimento; e

b) ter concluído o Ensino Médio ou estar matriculado na segunda ou terceira séries.

II- a partir do segundo módulo:

- a) ter sido classificado por promoção ou retenção na própria escola; ou
- b) ter sido recebido por transferência; ou
- c) ter sido classificado de acordo com o contido no artigo 58, seus parágrafos e incisos; ou
- d) ter sido reclassificado, de acordo com o contido no artigo 59.

Artigo 67 - As matrículas iniciais e as renovações, em continuidade, serão efetuadas em época prevista no Calendário Escolar.

§ 1º - Não haverá matrícula condicional.

§2º - Na hipótese de haver aluno que não tenha comparecido às aulas no período de 15 (quinze) dias consecutivos, tendo sido contatado por telefonema ou mensagens eletrônicas, contados a partir do primeiro dia letivo imediatamente subsequente ao do registro de sua matrícula, sem apresentar justificativa para as ausências, a escola deverá efetuar o lançamento de “abandono” na Secretaria Escolar Digital – SED e Sistema Acadêmico, de forma a liberar sua vaga.

§ 3º - Será admitido, em quaisquer das séries ou módulos, o trancamento de matrícula solicitado pelo aluno ou seu responsável legal, se menor, a critério da Direção de Escola Técnica, ouvido o Conselho de Classe, uma vez por série/módulo, ficando o retorno do aluno condicionado:

1. à renovação da sua matrícula no período letivo seguinte.
2. à existência do curso, série ou módulo, no período letivo e turno pretendido; e
3. ao cumprimento de eventuais alterações ocorridas no currículo.

CAPITULO VI- DA TRANSFERENCIA

Artigo 71 - As transferências serão expedidas, quando solicitadas pelo aluno ou, se menor de idade, por seu responsável.

Artigo 72 - as transferências serão recebidas a qualquer época, obedecida à legislação em geral e à específica de cada curso, preferencialmente entre alunos das escolas técnicas em virtude da uniformidade dos projetos político de curso (ppc), desde que atendidas as seguintes condições:

I- existência de vaga;

II- apresentação do histórico escolar; e/ou

III- avaliação das competências desenvolvidas, com parecer favorável da comissão de professores designada pela direção.

§ 1º - nas transferências entre alunos de escolas técnicas do CEETEPS serão observados somente o previsto nos incisos I e II deste artigo.

§ 2º - atendidas as condições estabelecidas no caput deste artigo, a escola poderá receber transferência de alunos:

1. para o módulo ou série inicial, decorridos os trinta dias consecutivos de prazo estipulado para a matrícula inicial, conforme disposto no parágrafo 5º do artigo 64 deste regimento;

2. Para as séries ou módulos seguintes ao inicial.

§ 3º - se a demanda de candidatos for superior ao número de vagas disponíveis, a etec deverá estabelecer processo especial de classificação, com divulgação pública prévia dos critérios e procedimentos preestabelecidos pelo conselho de escola.

Artigo 73 - nos casos de transferências recebidas, a ETEC poderá exigir do aluno estudos complementares para construir as competências não desenvolvidas, obedecidas as normas em vigor.

CAPÍTULO VII - DA AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

Artigo 74 - A avaliação no processo de ensino e aprendizagem tem por objetivos:

- I- diagnosticar competências prévias e adquiridas, as dificuldades e o rendimento dos alunos;
- II- orientar o aluno para superar as suas dificuldades de aprendizagem;
- III- subsidiar a reorganização do trabalho docente;
- IV- subsidiar as decisões do Conselho de Classe para promoção, retenção ou reclassificação de alunos;
- V- compor indicadores para subsidiar a gestão pedagógica da unidade escolar.

Artigo 75 - A verificação do aproveitamento escolar do aluno compreenderá a avaliação do rendimento e a apuração da frequência, observadas as diretrizes estabelecidas pela legislação.

Artigo 76 - A avaliação do rendimento em qualquer componente curricular:

- I- será sistemática, contínua, cumulativa e com foco no desenvolvimento de habilidades e competências, por meio de instrumentos diversificados e critérios específicos, indicados pelo professor em seu Plano de Trabalho Docente, objetivando subsidiar a aprendizagem dos alunos, com o acompanhamento do Professor Responsável pela Coordenação de Curso sob a orientação do Professor Responsável pela Coordenação Pedagógica;
- II- deverá incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes situações de aprendizagem, considerados os objetivos propostos para cada uma delas; e
- III- deverá constar do Plano de Trabalho Docente, os instrumentos, os critérios e as evidências para análise do desempenho do aluno, divulgando-o para a comunidade discente, assim como os resultados das avaliações aplicadas, de maneira a assegurar seu acompanhamento e subsidiar ações que zelem pela aprendizagem dos alunos. Os instrumentos de avaliação deverão priorizar a observação de aspectos qualitativos da aprendizagem, de forma a garantir sua preponderância sobre os quantitativos.

Artigo 77 - As sínteses de avaliação do rendimento do aluno, parciais e finais, elaboradas pelo professor, serão expressas em menções correspondentes a conceitos, com as seguintes definições operacionais:

MENÇÃO CONCEITO DEFINIÇÃO OPERACIONAL

MB - Muito Bom: O aluno obteve excelente desempenho no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.

B – Bom: O aluno obteve bom desempenho das competências do componente curricular no período.

R – Regular: O aluno obteve regular desempenho das competências do componente curricular no período.

I – Insatisfatório: O aluno obteve desempenho insatisfatório das competências do componente curricular no período.

§ 1º - As sínteses parciais, no decorrer do ano/semestre letivo, virão acompanhadas de diagnóstico individual das dificuldades de aprendizagem do aluno, quando houver, de forma a adequar as estratégias pedagógicas para sua recuperação.

§ 2º - As sínteses finais de avaliação, elaboradas pelo professor após concluído cada módulo ou série, expressarão o desempenho global do aluno no componente curricular, com a finalidade de subsidiar a decisão sobre promoção ou retenção pelo Conselho de Classe.

Artigo 78 - Os resultados da verificação do rendimento do aluno serão sistematicamente registrados, analisados com o aluno e sintetizados pelo professor numa única menção. Parágrafo único - O Calendário Escolar preverá os prazos para comunicação das sínteses de avaliação aos alunos e, se menores, a seus responsáveis.

Artigo 79 - Ao aluno de rendimento insatisfatório durante o semestre/ano letivo, serão oferecidos estudos de recuperação.

§ 1º - Os estudos de recuperação contínua constituir-se-ão de diagnóstico e reorientação da aprendizagem individualizada, com recursos e metodologias diferenciados, devidamente registrados.

§ 2º - Os resultados obtidos pelo aluno nos estudos de recuperação integrarão as sínteses de aproveitamento do período letivo.

§ 3º - Caberá ao responsável pela orientação educacional juntamente com o docente, auxiliar e acompanhar os alunos que apresentarem rendimento insatisfatório.

Artigo 80 - Os professores reunir-se-ão para análise e proposta de ações em relação ao processo de ensino e aprendizagem, por classe, série/módulo ou curso/eixo, durante o semestre letivo, conforme previsto em Calendário Escolar.

Artigo 81 - A verificação do rendimento escolar nos cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional obedecerá à legislação, aplicando-se, no que couber, as normas deste Regimento Comum.

CAPÍTULO VIII - DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Artigo 82 - Para fins de promoção ou retenção, a frequência terá apuração independente do rendimento.

Artigo 83 - Será exigida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas de efetivo trabalho escolar, considerando o conjunto dos componentes curriculares.

Parágrafo único- Aos alunos cujas condições de saúde comprometam o cumprimento das obrigações escolares, a escola deverá utilizar-se de procedimentos pedagógicos para compensação de ausência, tais como: trabalhos de pesquisa, avaliações especiais (escritas ou orais), procedimentos estes compatíveis com a condição e disponibilidade de tempo desses estudantes.

CAPITULO IX - DA PROMOÇÃO E RETENÇÃO

Artigo 84 - Será considerado promovido no módulo ou série o aluno que tenha obtido rendimento suficiente, expresso pelas menções “MB”, “B” ou “R”, nos componentes curriculares e frequência mínima estabelecida no artigo 87 deste Regimento, após decisão do Conselho de Classe.

Artigo 85 - O Conselho de Classe decidirá pela promoção ou retenção, à vista do desempenho global do aluno, expresso pelas sínteses finais de avaliação de cada componente curricular.

Parágrafo único - Considerando o domínio das competências/habilidades previstas para o módulo/série ou para a conclusão do curso, a decisão do Conselho de Classe terá como fundamento, conforme a situação:

1. a possibilidade de o aluno prosseguir estudos na série ou módulo subsequente; e
2. na Educação Profissional, para fins de conclusão do curso, o domínio das competências profissionais que definem o perfil de conclusão.

Artigo 86 - O aluno com rendimento insatisfatório em até três componentes curriculares, exceto na série ou módulo final, a critério do Conselho de Classe, poderá ser classificado na série/módulo subsequente em regime de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, devendo submeter-se, nessa série/módulo, a programa especial de estudos.

§ 1º - A retenção em componentes curriculares cursados em regime de progressão parcial não determina a retenção na série ou módulo regulares.

§ 2º - O aluno poderá acumular até três componentes curriculares cursados em regimes de progressão parcial, ainda que de séries ou módulos diferentes.

§ 3º - Os alunos em regime de progressão parcial, respeitados os limites previstos nos parágrafos anteriores, poderão prosseguir estudos nas séries ou módulos subsequentes.

§ 4º - O programa especial de estudos previsto neste artigo não se aplica a alunos em condições especiais de estudo, para os componentes curriculares práticos, devendo estes serem cursados preferencialmente de forma presencial ou por meio de metodologias ativas que atendam a construção das competências previstas nos componentes curriculares.

§ 5º - O programa especial de estudos previsto neste artigo não se aplica a alunos em condições especiais de estudo, para os componentes curriculares de campo de estágio obrigatório, devendo estes serem cursados de forma presencial.

Artigo 87 - Será considerado retido na série ou módulo o aluno com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) no conjunto dos componentes curriculares.

Artigo 88 - Será considerado retido na série ou módulo, após decisão do Conselho de Classe, quanto ao rendimento, o aluno que tenha obtido a menção insatisfatória:

I- em mais de três componentes curriculares; ou

II- em até três componentes curriculares e não tenha sido considerado apto pelo Conselho de Classe a prosseguir estudos na série ou módulo subsequente; ou

III- na série/módulo final em quaisquer componentes curriculares, incluídos os de série(s) ou módulo(s) anterior(es), cursados em regime de progressão parcial.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso II deste artigo, a tomada de decisão deverá levar em consideração a organização curricular, a continuidade na oferta do curso na unidade escolar e a avaliação global do aluno.

Artigo 89 - O aluno retido nos módulos ou séries finais em até três componentes curriculares incluídos os da(s) série(s) ou módulo(s) anterior(es) cursado(s) em regime de progressão parcial poderá cursá-los por meio de programa especial de estudos quando ocorrer:

I- extinção do curso na unidade escolar;

II- inexistência do módulo ou série no período letivo subsequente; ou

III- alteração da organização curricular do curso.

Parágrafo único - Por proposta de professor(es), com base em resultados de avaliação, submetida à apreciação do Conselho de Classe, a qualquer momento do período letivo, o aluno do último módulo ou série poderá ser considerado promovido quando a retenção for em até 3 (três) componentes curriculares.

CAPÍTULO X – DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CONTRA AVALIAÇÃO DURANTE ANO LETIVO

Artigo 90 - Após cada avaliação, o aluno, ou seu representante legal, que dela discordar, poderá apresentar pedido de reconsideração junto à direção da escola.

Parágrafo Único - Os prazos referentes à solicitação e resposta dos pedidos de reconsideração, durante o ano letivo, deverão atender ao indicado no Sistema ETEC de Procedimentos Acadêmicos e, naquilo que couber, nas Deliberações do Conselho Estadual de Educação vigentes.

CAPÍTULO XI

DA RECONSIDERAÇÃO E DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO

Artigo 91 - Nos casos de discordância de retenção por frequência e/ou menções atribuídas nas sínteses finais nos módulos/séries, os alunos ou seus representantes legais, se menores, poderão solicitar à direção da escola, reconsideração da decisão, que será objeto de análise em deliberação do Conselho de Classe, nos termos deste Regimento.

§ 1º - Os prazos referentes à solicitação e resposta dos pedidos de reconsideração e recurso contra o resultado final da avaliação, indicada pelo Conselho de Classe, deverão atender ao previsto nas legislações vigentes.

Artigo 92 - Da decisão da escola, caberá recurso à Unidade do Ensino Médio e Técnico do CEETEPS.

CAPÍTULO XII - DOS DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Artigo 93 - Ao aluno concluinte de curso com aproveitamento, será conferido ou expedido:

I- diploma de técnico, quando se tratar de habilitação profissional, satisfeitas as exigências relativas:

- a) à apresentação de certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente; e
- b) ao cumprimento do currículo do curso e do estágio supervisionado, se obrigatório.

II- certificado de conclusão de módulo ou curso, tratando-se de:

- a) módulos de curso técnico; ou
- b) cursos de qualificação profissional incluída a formação inicial e continuada de trabalhadores, conforme previsto na legislação.

III- certificado:

- a) de conclusão de Ensino Médio, para fins de prosseguimento de estudos;
- b) outros, conforme previsto no caput do artigo 6º, identificando o curso realizado, contendo os conteúdos desenvolvidos e a carga horária cumprida.

Parágrafo único - Aos concluintes dos Cursos Integrados serão expedidos diploma de Técnico Integrado ao Ensino Médio para as Habilitações e certificado Integrado ao Ensino Médio para as Qualificações Profissionais.

Artigo 94 – A unidade ETEC poderá expedir declaração correspondente aos componentes curriculares cursados com aproveitamento.

TÍTULO VI

DOS DIREITOS, DEVERES E DO REGIMENTO DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS

Artigo 112 - São direitos dos alunos:

I- concorrer à representação nos órgãos colegiados, nas instituições auxiliares e no órgão representativo dos alunos;

II- participar na elaboração de normas disciplinares e de uso de dependências comuns;

III- receber orientação educacional e/ou pedagógica, individualmente ou em grupo;

IV- recorrer à Direção ou aos setores próprios da ETEC para resolver eventuais dificuldades que encontrar na solução de problemas relativos a sua vida escolar;

V- recorrer dos resultados de avaliação de seu rendimento, nos termos previstos pela legislação;

VI- requerer ou representar ao Diretor da ETEC sobre assuntos de sua vida escolar, na defesa dos seus direitos, nos casos omissos deste Regimento;

VII- ser comunicado sobre os resultados da avaliação e critérios utilizados de cada componente curricular;

VIII- ser informado, no início do período letivo, dos planos de trabalho dos componentes curriculares do módulo ou série em que está matriculado;

IX- ser ouvido e obter respostas em suas reclamações e pedidos;

X- ser respeitado e valorizado em sua individualidade, sem comparações ou preferências;

XI- ter facultado o acesso e a participação nas atividades escolares, incluindo as atividades extraclasse promovidas pela ETEC;

XII- ter garantida a avaliação de sua aprendizagem, de acordo com a legislação;

XIII- ter garantia de todas as condições de aprendizagem, mediante procedimentos de recuperação contínua ao longo do semestre/ano letivo.

Artigo 113 - Os órgãos representativos dos alunos terão seus objetivos voltados à integração da comunidade escolar visando à maior participação do processo educativo e à gestão democrática da ETEC.

Parágrafo único - A ETEC propiciará condições para a instituição e o funcionamento de órgãos representativos dos alunos.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES

Artigo 114 - São deveres dos alunos:

I- conhecer, fazer conhecer, cumprir este Regimento, outras normas e regulamentos vigentes na escola;

II- comparecer pontual e assiduamente às aulas e atividades escolares programadas, sejam presenciais ou de forma remota, empenhando-se no êxito de sua execução;

III- respeitar os colegas, os professores e demais servidores da escola;

IV- representar seus pares no Conselho de Classe, Conselho de Escola ou outro órgão de representatividade;

V- participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, bem como nas demais atividades que requeiram a participação dos alunos;

VI- zelar pela preservação, conservação e limpeza das instalações, material didático, mobiliário e espaços verdes da escola, fazendo uso correto dos mesmos;

VII- indenizar prejuízo causado por danos às instalações ou perda de qualquer material de propriedade do CEETEPS, das instituições auxiliares, ou de colegas, quando ficar comprovada sua responsabilidade;

VIII- trajar-se adequadamente em qualquer dependência da escola, de modo a manter-se o respeito mútuo e a atender às normas de higiene e segurança pessoal e coletiva;

IX- respeitar a propriedade dos bens pertencentes aos colegas, professores e funcionários administrativos e não se apossar de objetos alheios.

CAPITULO III

DAS PROIBIÇÕES

Artigo 115 - É vedado ao aluno:

- I- apresentar condutas que comprometam o trabalho escolar e o convívio social;
- II- ausentar-se da sala de aula e/ou ambiente virtual, durante as aulas, sem justificativas;
- III- fumar em qualquer das dependências escolares;
- IV- introduzir, portar, guardar, vender, distribuir, fazer uso de substâncias entorpecentes ou de bebidas alcoólicas, comparecer embriagado ou sob efeito de tais substâncias na ETEC;
- V- introduzir, portar, ter sob sua guarda ou utilizar nas dependências da escola qualquer material que possa causar riscos à saúde, à segurança e à integridade física, sua ou de outros;
- VI- ocupar-se, durante as aulas, de assuntos ou utilizar materiais e equipamentos alheios ao processo de ensino e de aprendizagem;
- VII- praticar jogos sem caráter educativo nas dependências da ETEC;
- VIII- praticar quaisquer atos de violência física, psicológica ou moral contra pessoas, ou ter atitudes que caracterizam preconceito e discriminação;
- IX- praticar quaisquer atos que possam causar danos ao patrimônio da escola ou de outrem nas dependências da ETEC;
- X- promover coletas ou subscrições ou outro tipo de campanha, sem autorização da Direção da Unidade ETEC;
- XI- retirar-se da unidade durante as atividades escolares, da residência de alunos (alojamentos) e/ou ambientes de aprendizagem sem autorização dos pais ou responsáveis, se menor de idade, e da Direção da Unidade ETEC;
- XII- desabonar a imagem dos membros da comunidade escolar e da instituição de qualquer modo e/ou circunstância;
- XIII- captar sons ou imagens, designadamente, de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévia dos professores ou dos responsáveis pela direção da escola, bem como, quando for o caso, de qualquer membro da comunidade escolar ou educativa cuja imagem possa, ainda que involuntariamente, ficar registrada;

XIV- difundir, na escola ou fora dela, nomeadamente, via Internet ou através de outros meios de comunicação, sons ou imagens captadas nos momentos letivos e não letivos, sem autorização do diretor da escola. Artigo 116 - As unidades ETEC elaborarão, com participação da comunidade escolar, as normas de convivência, consoante diretrizes que serão estabelecidas pelo CEETEPS.

NORMAS DE CONVIVÊNCIA

- Comportamentos que não condizem com ambiente escolar como: troca de carícias intensas, beijos longos, etc.
- Por questões de segurança, não é permitido andar de skate, bicicleta, patins e similares nas dependências da escola (exceto com autorização do professor para alguma proposta de aula). Além de também não poder correr, para evitar incidentes e até acidentes.
- Respeitando as preferências musicais de cada pessoa, a utilização de som é permitida fora do horário de aula desde que se utilize fone de ouvido.
- Não obstruir a passagem em escadas e corredores.
- Para um bom convívio escolar respeite seus colegas, professores, funcionários e o patrimônio escolar, assim você estará respeitando a si mesmo.
- Respeite a opinião, diversidade de gênero, raça, religião ou comportamento para um convívio harmonioso.
- Para promover um ambiente de aprendizado produtivo e respeitoso, é fundamental que todos contribuam. Um aspecto importante desse esforço coletivo é a escolha da vestimenta. Sendo assim, é necessária uma vestimenta de acordo com o ambiente, por isso, não utilize roupas inadequadas como: minissaia, bustiê, frente única, top, cropped, shorts curtos, decotes exagerados e chinelo. Além de óculos escuros (em sala de aula). Respeitar as diretrizes de vestimenta da escola é uma forma de mostrar respeito pelos colegas, professores e pela comunidade escolar como um todo. Isso cria uma atmosfera propícia ao aprendizado, onde todos se sentem valorizados e respeitados.
- Mantenha o ambiente sempre arrumado e limpo (o lixo deve ser colocado no local adequado, organizar mesas e cadeiras em seus respectivos lugares ao sair da sala).
- Dentro das dependências da escola, visando assegurar a ordem, o bem-estar de todos os alunos e funcionários, e a continuidade das atividades pedagógicas, os aniversários

poderão ser comemorados coletivamente uma vez ao mês (data proposta: toda última sexta-feira do mês). As comemorações devem ser realizadas de forma a não interromper as atividades letivas normais, portanto, devem ocorrer no pátio, fora do horário de aula.

- Para promover o respeito mútuo, autonomia e o cuidado com a higiene pessoal, orientamos ao aluno que ao sair (com autorização do professor) para tomar água, leve somente sua garrafa. Lembrem-se que ao levar muitas garrafas o aluno ausente fica tempo demasiado fora da sala, o que pode prejudica-lo em seu processo de aprendizagem. Além disso, cada aluno é responsável por manter sua própria garrafa de água abastecida e deve respeitar a propriedade e a privacidade dos demais.
- Para manter um ambiente escolar limpo e organizado, destacamos a importância do uso adequado dos utensílios de refeição, como talheres, pratos e copos. Esses itens devem ser utilizados exclusivamente no refeitório durante as refeições. É essencial que esses utensílios não sejam levados para outros ambientes da escola. O respeito a esta norma é crucial para evitarmos acidentes, mantendo a ordem e a higiene em nossas instalações
- Não é permitida a comercialização de produtos e a entrega de encomendas dentro da instituição de ensino para garantir a segurança e manter o foco no ambiente educacional.
- Para assegurar um ambiente escolar higienizado e respeitoso, é imperativo que a escovação dos dentes seja realizada somente nos lavatórios dos banheiros, de acordo com as diretrizes de higiene e limpeza definidas pela escola. Esta regra é fundamental para preservar a ordem e a limpeza, contribuindo para um espaço escolar saudável e acolhedor para todos, incluindo alunos e funcionários. O não cumprimento desta norma será tratado com seriedade e poderá resultar em ações disciplinares conforme necessário. Estamos comprometidos com o bem-estar coletivo e contamos com a colaboração de todos para manter nosso ambiente escolar em excelentes condições.
- É terminantemente proibido escrever, desenhar ou danificar as carteiras da sala de aula. As carteiras são parte do patrimônio da escola e devem ser mantidas em condições adequadas para uso de todos os alunos. Qualquer tipo de marcação nas carteiras é considerado vandalismo e pode resultar em medidas disciplinares. Esta norma visa garantir a conservação do ambiente escolar e promover o respeito pelo patrimônio da instituição.
- A prática de jogar bola pode representar um risco para a segurança dos alunos e para a integridade do ambiente escolar, podendo resultar em danos materiais ou incidentes e até acidentes. Portanto, não é permitido jogar bola no pátio da escola durante os intervalos ou

em qualquer outro momento fora das atividades supervisionadas pelos professores. O descumprimento dessa norma acarretará medidas disciplinares apropriadas.

- Os ambientes designados aos funcionários, copa, sala dos professores, depósito de limpeza, entre outros, são espaços restritos e reservado para uso exclusivo da equipe escolar. Portanto, os alunos não podem acessá-los sem autorização. O descumprimento dessa norma acarretará medidas disciplinares apropriadas.
- Ao final do semestre letivo, verificar sempre o resultado e fique atento aos prazos estabelecidos pela Secretaria Acadêmica.
- Conheça os Planos de Trabalho Docente (planejamento de conteúdo a serem ministrados durante o semestre) estão disponíveis para consulta no siga.
- Conheça o Guia de Comunicação Inclusiva (https://bkpsitecpsnew.blob.core.windows.net/uploadsitecps/sites/1/2019/08/2019_guia_de_comunicacao_inclusiva.pdf)
- Comente sobre o funcionamento geral de nossa Unidade Escolar, deixando sua opinião via Orientador Educacional e SIGA.
- A U.E não se responsabiliza por objetos esquecidos/deixados nas dependências da Etec de Taboão da Serra.
- Uso de Celular: LEI Nº 16.567, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera a Lei nº 12.730, de 11 de outubro de 2007, que proíbe o uso de telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário de aula.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - O artigo 1º da Lei nº 12.730, de 11 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º - Ficam os alunos proibidos de utilizar telefone celular nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário das aulas, ressalvado o uso para finalidades pedagógicas.” (NR)

Publicada na Assessoria Técnica da Casa Civil, em 06 de novembro de 2017.

- Aproveite cada instante em que ficar na Escola. Durante as aulas, seja participativo preste atenção e aproveite para aprender a cada dia.

Artigo 105 - As Etecs elaborarão, com participação da comunidade escolar, as normas de convivência, consoante diretrizes que serão estabelecidas pelo CEETEPS.

OCORRÊNCIAS

Gravidade da Ocorrência	Ocorrência	Penalidade	Profissionais envolvidos
Leve	<ul style="list-style-type: none"> ● Deixar de comparecer pontualmente e assiduamente às aulas e atividades escolares programadas, empenhando-se no êxito de sua execução; ● Não cooperar e nem zelar pela sustentabilidade e preservação ambiental, utilizando de maneira abusiva racionalmente os recursos disponíveis; ● Trajar-se de forma inadequada em qualquer dependência da escola, e sem atentar às normas de higiene e segurança pessoal e coletiva; ● Apresentar <u>condutas</u> que comprometam o trabalho escolar e o convívio social; ● Ocupar-se, durante as atividades escolares, de qualquer atividade ou utilizar materiais e equipamentos alheios a elas; ● Praticar jogos sem caráter educativo nas dependências da Etec, exceto quando contido nos planos de trabalho docente; 	<ul style="list-style-type: none"> ● o aluno é advertido; ● o aluno é devidamente orientado e esclarecido sobre a conduta adotada e suas consequências no aprendizado escolar ou normas de convivência; ● é direcionado para pedido de desculpas, limpar o que sujou, enfim corrigir e refletir sobre sua postura/atitude/comportamento. <p>Observação: <i>o aluno deve ser ouvido sobre as motivações que o levou a praticar aquele ato. Deve-se, SEMPRE, avaliar o contexto da ocorrência.</i></p>	<p>Diretor de Etec Orientação Educacional</p> <p>Apenas o Diretor da Etec poderá aplicar penalidades.</p>

Grave

As ocorrências podem assumir diferentes enquadramentos de acordo com sua gravidade. Assim, a ocorrência “respeitar os colegas” pode deixar de ser grave e tornar-se muito grave mediante violência psicológica caracterizada ou violência física, por exemplo:

- Reincidência em qualquer uma das ocorrências leves;
- Desrespeitar os colegas, os professores e demais servidores da escola Exemplos: usar linguagem imprópria; não acatar as ordens, provocar conflitos verbais ou físicos com os colegas;
- Não cooperar e nem zelar pela sustentabilidade e preservação ambiental, utilizando de maneira abusiva racionalmente os recursos disponíveis Exemplos: escrever, rabiscar ou desenhar nas paredes, mobiliário ou qualquer outra parte dos edifícios ou destruir material escolar;
- ausentar-se da sala de aula durante as aulas sem justificativas
- fumar em qualquer das dependências escolares praticar quaisquer atos que possam causar danos ao patrimônio da escola ou de outrem nas dependências da Etec Exemplos: não cumprir as regras dos espaços refeitório, biblioteca, laboratórios
- promover coletas ou subscrições ou outro tipo de campanha, sem autorização da Direção
- retirar-se da unidade durante o horário escolar e da residência de alunos (alojamentos), sem autorização.

- o aluno é repreendido por escrito;
- o aluno é suspenso por até três dias letivos;
- o aluno indeniza prejuízos ao patrimônio da escola ou de outrem;
- o aluno desenvolve atividade que promova integração e estimule a convivência social em substituição à suspensão.

Observação: o aluno deve ser ouvido sobre as motivações que o levou a praticar aquele ato. Deve-se avaliar o contexto da ocorrência, evitando-se análise parcial.
O aluno tem direito ao contraditório e ampla defesa.

**Diretor de Etec
Orientação
Educacional
Conselho de
Classe**

**Apenas o
Diretor da Etec
poderá aplicar
penalidades.**

MUITO GRAVE

- introduzir, portar, guardar, vender, distribuir ou fazer uso de substâncias entorpecentes ou de bebidas alcoólicas, ou comparecer embriagado ou sob efeito de tais substâncias na Etec;
- introduzir, portar, ter sob sua guarda ou utilizar qualquer material que possa causar riscos a sua saúde, a sua segurança e a sua integridade física, bem como as de outrem;
- praticar quaisquer atos de violência física, psicológica ou moral contra pessoas, ou ter atitudes que caracterizam preconceito e discriminação;
- Utilizar das novas tecnologias dentro do ambiente escolar com o intuito de denegrir a imagem dos membros da comunidade escolar;

Atenção- As ocorrências podem assumir diferentes enquadramentos de acordo com sua gravidade. Assim, a ocorrência “desrespeitar os colegas” pode deixar de ser grave e tornar-se gravíssima mediante reincidência contumaz.

- o aluno é suspenso por 4 até 7 dias letivos;
- o aluno indeniza prejuízos ao patrimônio da escola ou de outrem;
- o aluno desenvolve atividade que promova integração e estimule a convivência social em substituição à suspensão.

Observação: o aluno deve ser ouvido sobre as motivações que o levou a praticar aquele ato. Deve-se avaliar o contexto da ocorrência, evitando-se análise parcial. **O aluno tem direito ao contraditório e ampla defesa.**

Diretor de Etec, Orientação Educacional, Conselho de Classe.

Apenas o Diretor da Etec poderá aplicar penalidades.

Gravíssima

- ✓ Cabe a análise da reiteração de ocorrências graves ou sua potencialização, pois as *ocorrências podem assumir diferentes enquadramentos de acordo com sua gravidade. Assim, a ocorrência “respeitar os colegas” pode deixar de ser grave e tornar-se muito grave mediante violência psicológica e/ou caracterizada e contumaz, por exemplo.*

- ✓ **Último recurso** -Transferência Compulsória –após esgotadas todas as possibilidades de inclusão deste aluno na comunidade escolar.

**Diretor de Etec
Orientação
Educacional
Conselho de
Classe
Conselho de
Escola
Conselho
Tutelar**

CAPITULO XIII - DAS PENALIDADES

Artigo 117 - A inobservância das normas disciplinares fixadas nos termos dos artigos 114 e 115 deste Regimento deverá ser analisada, caso a caso, de forma associada a um tratamento educativo, considerando a gravidade da falta, faixa etária e histórico disciplinar do aluno, sujeitando-o às penas de advertência, de repreensão por escrito, de suspensão e de transferência compulsória pelo Diretor de ETEC.

§ 1º - Nos procedimentos destinados à aplicação de penalidade, os alunos maiores, os pais ou responsáveis tomarão ciência dos fatos por meio de comunicação expressa a ser emitida pela Direção da ETEC.

§ 2º - É assegurado ao aluno o direito de ampla defesa e do contraditório durante todas as fases do procedimento de aplicação disciplinar.

§ 3º - A pena de suspensão será aplicada, no limite de 03 (três) dias, podendo ser sustada, pelo Diretor da ETEC, quando atingidos os efeitos educacionais esperados.

§ 4º - A pena de suspensão poderá ser substituída por atividades socioeducativas com auxílio da Orientação e Apoio Educacional.

§ 5º - A aplicação da penalidade de transferência compulsória, medida extrema e expulsiva, alijando em alguns casos a conclusão do curso, deverá ser precedida do esgotamento de todas as possibilidades de reintegração do aluno às normas disciplinares da escola, deverá ser referendada pelo Conselho de Escola, em reunião especialmente convocada para esse fim e, quando menor, deverá ser noticiado o Conselho Tutelar.

§ 6º - O Diretor da ETEC poderá propor ao Conselho de Escola a transferência de alunos para outra unidade de ensino, como medida de proteção à integridade do próprio aluno ou na preservação de direitos de outros educandos, ouvido o Conselho de Escola e a família.

Artigo 118 - A ocorrência disciplinar deverá ser comunicada:

- I- quando o aluno for menor de 18 (dezoito) anos, em qualquer caso, a seus pais ou responsáveis;
- II- ao Conselho Tutelar, quando o aluno for menor de idade, se essa for considerada grave;
- III- à autoridade policial do município se houver indícios da prática de infração penal.

Parágrafo único - O CEETEPS expedirá orientações sobre a aplicação de penalidades aos alunos.

DOS DIREITOS E DEVERES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

CAPÍTULO I - DOS DIREITOS

Artigo 119 - São direitos dos pais ou responsáveis:

- I- participarem das instituições auxiliares, conforme legislação;
- II- serem informados sobre a frequência e rendimento dos alunos, incluindo as propostas de recuperação quando o aluno apresentar rendimento insatisfatório;
- III- representarem seus pares no Conselho de Escola;
- IV- recorrerem dos resultados de avaliação do rendimento do aluno, quando menor, conforme dispuser este Regimento e a legislação;
- V- serem informados sobre o Projeto Político-Pedagógico da ETEC.

CAPITULO II - DOS DEVERES

Artigo 120 - São deveres dos pais ou responsáveis:

I - acompanharem, durante o período letivo, a execução das atividades presenciais ou remotas, a frequência e rendimento do aluno pelo qual são responsáveis;

II- atenderem às convocações da Direção da ETEC;

III- colaborarem no desenvolvimento das atividades de recuperação propostas pelo professor;

IV- comparecerem às reuniões programadas pela escola;

V- orientarem seus filhos para assumirem conduta responsável no ambiente escolar, incentivando-os à plena dedicação aos estudos e à responsabilização de seus atos;

VI- responsabilizarem-se por danos ao patrimônio público e privado, causados pelo aluno menor de idade pelo qual são responsáveis;

VII- Informarem suas possíveis alterações cadastrais para pronto atendimento quando necessário.

CONDIÇÕES ESPECIAIS DE ATIVIDADES ESCOLARES

Aluno Enfermo ou Gestante

Aplica-se este procedimento “a quaisquer casos de alterações de saúde que impeçam a atividade escolar normal do aluno, pelas limitações que impõem ao mesmo ou pelos riscos que podem ocorrer para ele próprio, para outros discentes e para os que têm atribuições em instituição educacional ou que a ela comparecem. Aplicam-se, a afecções perenes, às de existência contínua e às de longa duração e, também, àquelas de manifestações descontínuas e intermitentes, assim como as não repetitivas e as de cunho circunstancial, estendendo-se, sempre que pertinente, aos estados que se relacionem com gravidez, parto e puerpério”. (Deliberação CEE nº 59/2006);

Não há amparo legal para qualquer tipo de abono de faltas. O aluno, quando enfermo, impossibilitado de frequentar a escola deverá solicitar *condições especiais de atividades escolares de aprendizagem e avaliação*.

Para se beneficiar das Condições Especiais de Atividades Escolares o aluno deve solicitar o requerimento na secretaria. O requerimento deve ser entregue à Secretaria preenchido e assinado pelo(a) aluno(a) ou seu responsável, se menor, com a indicação da pessoa que fará a intermediação entre o(a) aluno(a) e a Escola, juntamente com o atestado médico comprobatório do motivo da solicitação, emitido exclusivamente pelo médico responsável pelo tratamento.

O atestado médico deverá ser original e conter o CRM do médico e CID; quando apresentado com data retroativa poderá ser aceito mediante justificativa e após deliberação do Conselho de Classe.

Caso o aluno precise de novo período de tratamento especial deverá requerer e apresentar novo atestado médico, repetindo-se os procedimentos.

O Regime Didático de Exceção aplica-se aos alunos amparados pelo Decreto Lei 1.044/69 e Lei nº 6.202/75.

O regime de exceção, previsto nesses casos, compreende, como compensação de ausência as aulas, a atribuição de exercícios domiciliares prescritos pelo professor da disciplina. Este regime não substitui as provas bimestrais e/ou as finais. Na ocorrência de fatos dessa natureza, o aluno deverá realizar provas em época especial a ser determinada pela Direção.

GUARDA RELIGIOSA

O aluno deve solicitar a aplicação de provas e a apresentação de trabalhos em substituição à sua presença na sala de aula, em dias não coincidentes com o período de guarda religiosa, o aluno deve preencher na secretaria o requerimento próprio, anexando declaração da autoridade religiosa que comprova sua condição, nos termos da Lei 12.142/07.

Artigo 115 - Este Regimento estará sujeito a revisões periódicas, atendendo às sugestões de adequações solicitadas pela Etec e aos dispositivos legais.

Artigo 116 - A regulamentação das matérias previstas neste Regimento será feita por Portaria da Superintendência, que poderá designar Comissão de estudos prévios sobre o assunto.

Artigo 117 - Os casos omissos deste Regimento serão resolvidos pela Superintendência do CEETEPS.

Artigo 118 - As diretrizes e regulamentações expedidas pelo CEETEPS e as normas e orientações elaboradas pelas Etecs, previstas neste Regimento, inclusas aquelas do artigo anterior, constituirão o anexo regimental de cada unidade de ensino.

Parágrafo único - A Direção promoverá o livre acesso da comunidade escolar a este Regimento e respectivo anexo, por meios diversos.

Artigo 119 - Este Regimento entra em vigor na data da publicação da respectiva Deliberação do Conselho Deliberativo do CEETEPS, dando-se ciência ao Conselho Estadual de Educação.

REPRESENTANTE DE CLASSE

É através do Representante de Classe que a Escola proporciona, aos alunos, oportunidades de participar das atividades didático-pedagógicas e administrativas. O aluno escolhido para representar a turma recebeu, da maioria, voto de confiança para exercer a função, o que faz aumentar sua responsabilidade e necessidade de dedicar-se à vida escolar, para que seu desempenho seja de boa qualidade.

ATRIBUIÇÕES DO REPRESENTANTE DE TURMA

- Ser o elo entre a classe e a escola, buscando sempre a harmonia do conjunto (aluno/escola) e o bem comum;
- Ter conhecimento do regimento escolar;
- Trazer à Coordenação, por escrito, as sugestões ou problemas levantados pela classe;
- Toda e qualquer sugestão ou reclamação apresentada deverá expressar a vontade da maioria dos alunos da classe;
- Dar assistência ao professor sempre que solicitado;
- Participar dos encontros agendados pela Direção e Coordenação, trazendo interesses previamente discutidos entre o grupo;
- Deixar a classe informada sobre os assuntos discutidos em atendimentos com a Coordenação, quando for de interesse comum;
- Incentivar a disciplina em sala de aula e o respeito pela escola e por todos os seus componentes (alunos, professores, equipe pedagógica, mantenedores e funcionários);
- Ser assíduo e ter um bom desempenho e participação nas diversas disciplinas escolares bem como zelar pelo cumprimento das regras da escola;
- Colaborar na aplicação do SAI, Sistema de Avaliação Institucional;
- Contribuir com a escola participando ativamente de eventos, projetos, feiras, semanas técnicas, festas, reunião com professores e etc.;
- Evitar e combater a propagação de fofocas de e sobre qualquer membro da unidade escolar, seja ele um colega, professor, funcionário e etc.;
- Havendo atraso do professor, após 10 minutos de espera, cabe ao representante confirmar a ausência junto a coordenação, onde serão tomadas as providências;

- Zelar pela sala de aula, mobiliário, equipamentos e evitar barulho;
- Ter cuidado com as brincadeiras, homofobia, bullying, machismo ou qualquer desrespeito aos outros;
- Resolver situações de conflito de forma amistosa entre as partes e somente depois disso, e não havendo “acordo”, procurar a Coordenação;
- Organizar junto à Coordenação grupos de estudos para auxiliar os colegas com dificuldades;
- Colaborar com os colegas novatos para que se adaptem ao ambiente escolar;
- Colaborar com todas as iniciativas da escola para que se estabeleça uma única linha de ação em relação aos direitos e deveres do corpo discente;
- Buscar ser exemplar nos mais diversos aspectos da vida estudantil: pontualidade, assiduidade, responsabilidade, boa educação e respeito por todos os partícipes da Comunidade Escolar;
- Informar à Equipe Pedagógica sobre a ocorrência de situações irregulares, dificuldades individuais ou da turma. Ex.: Ausência prolongada de colegas e etc.;
- Transmitir aos colegas com responsabilidade, respeito, tranquilidade, equilíbrio e imparcialidade as informações que lhes forem confiadas com esse intuito;
- Conscientizar os colegas sobre a necessidade de observar e seguir as normas disciplinares;
- Estar disponível para prestar informações aos colegas (ausentes às aulas) sobre conteúdos trabalhados, avaliações previstas ou realizadas;
- Acompanhar e auxiliar o docente em atividades relacionadas com a disciplina/Componente;
- Representar a classe junto à Direção, Coordenação Pedagógica e Coordenador da Área, buscando sempre a harmonia entre aluno/escola e o bem comum.

O REPRESENTANTE DE CLASSE PODERÁ SER DESTITUÍDO DO CARGO QUANDO:

1. O representante de classe não defender o posicionamento/decisão da classe e fizer permanecer seu posicionamento individual. Na primeira vez que isso ocorrer, o representante será advertido pela direção. Na segunda, poderá ser destituído do cargo.

2. O representante de classe acumular duas advertências por indisciplina e/ou desrespeito aos colegas, direção, coordenadores, professores e funcionários da escola.

3. Quando desejar não ser mais representante.

RECLASSIFICAÇÃO

O aluno ou Conselho de Classe, discordando do resultado de avaliação escolar, poderá interpor Pedido de Reclassificação, ou seja, oportunidade de ser avaliado novamente, visando alterar a sua classificação na série/módulo. Poderá ocorrer por solicitação do aluno ou por proposta do Conselho (caso dos alunos com frequência inferior a 75% e menções satisfatórias em todos os componentes).

IMPORTANTE:

A reclassificação não se aplica ao aluno em Progressão Parcial, tendo em vista que o mesmo já se encontra classificado em série/módulo adequado; se for novamente avaliado e resolver a pendência de progressão parcial não será classificado num nível mais avançado. Cabe nesse caso pedido de reconsideração da avaliação, submetido o pedido ao Conselho de Classe.

Ao aluno é assegurado o direito de recorrer ao Coordenador do Ensino Técnico, da decisão da Direção (recurso). A diferença entre o pedido de reconsideração e recurso encontra-se no fato de que, enquanto a reconsideração é uma solicitação feita à autoridade que despachou no caso, com fim de imprimir outro rumo à decisão anteriormente tomada; já o recurso, o reexame é feito por autoridade superior a que havia proferido a decisão.

RECONSIDERAÇÃO

O ALUNO OU Conselho de Classe, discordando do resultado de avaliação escolar, poderá interpor Pedido de Reconsideração. Este procedimento deve ocorrer ainda dentro da esfera escolar com o encaminhamento ao Conselho de Classe para reanálise crítica das decisões já tomadas e, se necessário, a modificação da menção do aluno. Somente nos módulos ou séries finais poderão ser consideradas novas avaliações.

TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

Para trancamento de matrícula o aluno deve solicitar o requerimento próprio (doc. 19) na Secretaria. Este requerimento deve ser entregue e protocolado na Secretaria, após preenchido e assinado pelo aluno ou seu responsável, se menor.

De acordo com o § 3º do Artigo 56 do Regimento Comum o trancamento de matrícula é permitido **uma vez por série e módulo**, incluindo o módulo e a série inicial dos cursos.

Se o pedido for deferido, o aluno deverá ficar atendo e solicitar informações á Secretaria sobre datas e procedimentos sobre a renovação de matrícula, sob o risco de perda de vaga, se não renovar a matrícula no próximo período letivo (próximo ano, para o Ensino Médio e próximo semestre, para os cursos Técnicos Modulares;

No caso de Indeferimento e da inviabilidade do aluno dar prosseguimento aos seus estudos deverá ser preenchida a comunicação de desistência (doc. 20) pelo aluno ou seu responsável, se menor.

CONSELHO DE ESCOLA

Órgão colegiado, integrado por representantes da comunidade escolar e extraescolar, que através de sua participação no modelo de administração coletiva, definem processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas Unidades Escolares. É um órgão que tem função consultiva e deliberativa.

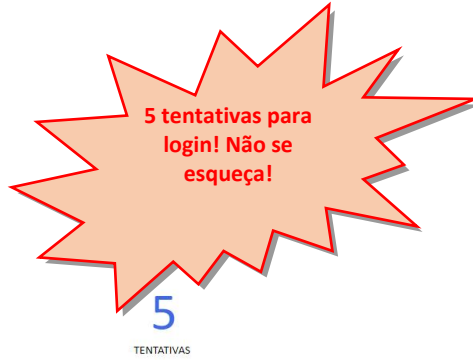
ACESSANDO O SIGA – SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ACADÊMICA

Ao acessar o endereço: <https://siga.cps.sp.gov.br/aluno/loginEtec.aspx>

Será direcionado a seguinte página web:



USUÁRIO
SENHA



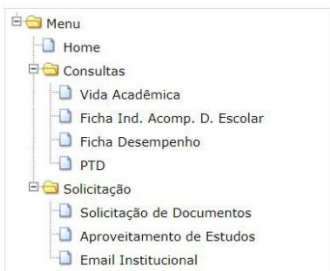
[Solução para problemas no Acesso](#)
[Verifique se o seu Login está liberado](#)

CENTRO PAULA SOUZA



A senha padrão (para 1º acesso) é: 123123

Ao fazer o login e senha você será direcionado para a página a seguir, contendo um menu de opções a esquerda.



SIGA Sistema ERP Acadêmico
Uso restrito às Escolas Técnicas
Centro Paula Souza.

Vida Acadêmica:

Sistema Integrado de Gestão Acadêmica CENTRO PAULA SOUZA

VIDA ACADÊMICA

FILTRO
Curso: (Nenhum)

** NÃO POSSUI VALIDADE COMO HISTÓRICO ESCOLAR, ** VALORES TEMPORÁRIOS E SUJEITOS A ALTERAÇÃO SEM AVISO PRÉVIO

Menu: Home, Consultas, Vida Acadêmica, Ficha Ind. Acomp. D. Escolar, Ficha Desempenho, PTD, Solicitação, Solicitação de Documentos, Aproveitamento de Estudos, Email Institucional

Nesta página você pode encontrar um registro de sua passagem na Etec de Taboão da Serra

Sistema Integrado de Gestão Acadêmica CENTRO PAULA SOUZA

MÓDULOS/SÉRIES EM GRADE

MÓDULO1	MÓDULO2	MÓDULO3
5101APS Análise e Projeto de Sistemas AS: 2,50 T: 0,00 P: 2,50	5101BD-II Banco de Dados II AS: 2,50 T: 0,00 P: 2,50	5101BD-III Banco de Dados III AS: 2,50 T: 0,00 P: 2,50
5101BD-I Banco de Dados I AS: 2,50 T: 0,00 P: 2,50	5101DS Desenvolvimento de Sistemas AS: 5,00 T: 0,00 P: 5,00	5101DTCCDS Desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Desenvolvimento de Sistemas AS: 2,50 T: 0,00 P: 2,50
5101DD Design Digital AS: 2,50 T: 0,00 P: 2,50	5101II Inglês Instrumental AS: 2,50 T: 2,50 P: 0,00	5101ECO Ética e Cidadania Organizacional AS: 2,50 T: 2,50 P: 0,00
5101FI Fundamentos da Informática AS: 2,50 T: 0,00 P: 2,50	5101IP Internet e Protocolos AS: 2,50 T: 0,00 P: 2,50	5101PAM-II Programação de Aplicações Módulo II AS: 5,00 T: 0,00 P: 5,00

Menu: Home, Consultas, Vida Acadêmica, Ficha Ind. Acomp. D. Escolar, Ficha Desempenho, PTD, Solicitação, Solicitação de Documentos, Aproveitamento de Estudos, Email Institucional

E verificar inclusive os componentes que terão nos 3 módulos do curso técnico.

Ficha de Desempenho:

Sistema Integrado de Gestão Acadêmica CENTRO PAULA SOUZA

Ficha Individual de Acompanhamento do Desempenho Escolar

FILTRO
Curso: Técnico em Desenvolvimento de Sistemas-Em Curso

Filtrar

• (O) Aluno(a) não possui Ficha Individual de Acomp. registrada.

Menu: Home, Consultas, Vida Acadêmica, Ficha Ind. Acomp. D. Escolar, Ficha Desempenho, PTD, Solicitação, Solicitação de Documentos, Aproveitamento de Estudos, Email Institucional

A medida que as avaliações (Mínimo 3 diversificadas), são realizadas, são apontadas as menções, assim como os critérios utilizados e bases tecnológicas utilizadas nessas avaliações.

Ficha de Desempenho

SIGA Sistema Integrado de Gestão Acadêmica CENTRO PAULA SOUZA

Ficha de Desempenho

FILTRO
Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas-Em Curso Tipo Menção Intermediário 1

Programação Web I (PAULO HENRIQUE ANTUNES)

Atividade	Data	Data Final	Menção	Descrição
Programação Web I (PAULO HENRIQUE ANTUNES)			Menção Intermediário 1	

SIGA Sistema ERP Acadêmico
Uso restrito às Escolas Técnicas
Centro Paula Souza

Plano de Trabalho Docente – PTD

SIGA Sistema Integrado de Gestão Acadêmica CENTRO PAULA SOUZA

PLANO DE TRABALHO DOCENTE

FILTRO
Curso Téc. Desenv. de Sistemas
Módulo MD1_Tec_DesSist_N

LEGENDA
● PTD não iniciado
● PTD criado, mas não editado
● PTD sendo editado
● PTD finalizado

Professor	Comp. Curricular	Classe	Turma	Turno	Data Últ. Ent.	D	Ap
BRUNO JOAQUIM GORIANO	Técnicas de Programação	A	2-DIV	Noite	///		
BRUNO JOAQUIM GORIANO	Design Digital	A	2-DIV	Noite	///		
BRUNO JOAQUIM GORIANO	Análise e Projeto de Sistemas	A	2-DIV	Noite	///		
FABIANA ROSA RODRIGUES DA CRUZ	Linguagem, Trabalho e Tecnologia	A	INT	Noite	///		
FRANCISCO DOS SANTOS SAIZ	Técnicas de Programação	A	1-DIV	Noite	///		
FRANCISCO DOS SANTOS SAIZ	Análise e Projeto de Sistemas	A	1-DIV	Noite	///		
FRANCISCO DOS SANTOS SAIZ	Programação e Algoritmos	A	1-DIV	Noite	///		
MARCELO PEPE DE MENEZES	Design Digital	A	1-DIV	Noite	///		
MARCELO PEPE DE MENEZES	Programação Web I	A	1-DIV	Noite	///		
PAULO HENRIQUE ANTUNES	Programação Web I	A	2-DIV	Noite	07/08/2018		
RODOLFO VOTTO FILHO	Fundamentos da Informática	A	INT	Noite	///		
RODOLFO VOTTO FILHO	Programação e Algoritmos	A	2-DIV	Noite	///		
RODOLFO VOTTO FILHO	Banco de Dados I	A	INT	Noite	///		

SIGA Sistema ERP Acadêmico
Uso restrito às Escolas Técnicas
Centro Paula Souza

Aqui você pode consultar os Planos de trabalho docente de cada componente desde sua confecção. Solicitação de documentos:

SIGA Sistema Integrado de Gestão Acadêmica CENTRO PAULA SOUZA

Solicitação de Documentos

FILTRO
Solicitação 09/08/18
Tipo Doc. (Nenhum) Documento
Curso (Nenhum)
Módulo/Série Mod./Série Classe Classe
Observação

SIGA Sistema ERP Acadêmico
Uso restrito às Escolas Técnicas
Centro Paula Souza

Aqui você pode solicitar os diversos documentos diretamente à Secretaria. Como exemplo declaração de matrícula, bastando selecionar o documento desejado e solicitar:

SIGA Sistema Integrado de Gestão Acadêmica CENTRO PAULA SOUZA

Solicitação de Documentos

FILTRO
 Solicitação 09/08/18
 Tipo Doc. Declaração Documento Dec. de Matrícula
 Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas-Em Curso
 Módulo/Série 1º Módulo Classe A

Observação

Solicitar **Ver Solicitações**

William H. Portões da Silva III - Bill
 RM: 2018293XXXX

Menu
 Home
 Consultas
 Vida Acadêmica
 Ficha Ind. Acomp. D. Escolar
 Ficha Desempenho
 PTD
 Solicitação
 Solicitação de Documentos
 Aproveitamento de Estudos
 Email Institucional

SIGA Sistema ERP Acadêmico
 Uso restrito às Escolas Técnicas
 Centro Paula Souza

E-mail Institucional

“Seunome.sobrenome@etec.sp.gov.br”, com este e-mail você tem 1 TB de espaço em nuvem para armazenar seus documentos, além da possibilidade de baixar mais de 160 softwares da Microsoft, como Windows, office, Visual Studio, etc. Devidamente licenciados.

SIGA Sistema Integrado de Gestão Acadêmica CENTRO PAULA SOUZA

Email Institucional

Ver Email Institucional
[Ver Email Instit.](#)

Solicitar senha temporária
 Email Particular
 Digite o Email Institucional

[Solic. Senha por email](#)

Esta solicitação será enviada por email

Resgatar Senha Temporária
 Digite o Email Institucional

[Senha Temp.](#)

William H. Portões da Silva III - Bill
 RM: 2018293XXXX

Menu
 Home
 Consultas
 Vida Acadêmica
 Ficha Ind. Acomp. D. Escolar
 Ficha Desempenho
 PTD
 Solicitação
 Solicitação de Documentos
 Aproveitamento de Estudos
 Email Institucional

SIGA Sistema ERP Acadêmico
 Uso restrito às Escolas Técnicas
 Centro Paula Souza

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Desde 2009, o TCC - Trabalho de Conclusão de Curso passou a ser requisito obrigatório para a formação dos alunos. Nos planos, o TCC é parte integrante da matriz curricular dos cursos.

Segundo o artigo 1º do regulamento geral do Trabalho de Conclusão de Curso do Centro Paula Souza: “O TCC constitui-se numa atividade escolar de sistematização do conhecimento sobre o objeto de estudo pertinente à profissão, desenvolvida mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente, cuja realização é requisito essencial e obrigatório para obtenção do diploma de técnico”.

Por regulamentação da Unidade de Ensino Médio e Técnico - CETEC, artigo 3º: “Os trabalhos de Conclusão de Curso serão regidos por regulamento próprio da Unidade Escolar, aprovado pelo Conselho de Escola”. Isso significa que a escola deve respeitar o regulamento geral do CPS, porém deve definir as especificidades referentes ao planejamento e o desenvolvimento dos TCCs na unidade escolar (Anexo I).

EQUIPE GESTORA

- **Diretor de Escola Técnica** – Vinicius Miekusz Salgado de Vasconcelos
- **Diretora Acadêmica** – Deise Jenifer Pereira Sedassari
- **Diretora de Serviços Administrativos** – Jaqueline Barboza Sena
- **Coordenadoras do Mtec-PI Desenvolvimento de Sistemas** – Sâmela Wutzke De Oliveira Asanuma e Alicia Stefany da Silva
- **Coordenador do Curso Técnico Desenvolvimento de Sistemas (até 20% online) e Mtec-N Informática para Internet (até 20% online)** – Rafael Santos Pereira
- **Coordenadora Pedagógica** – Marta Adelina Abad
- **Orientadora Educacional** – Carina Monteiro dos Santos
- **Assessora Administrativa** – Brenda Lucena de Oliveira
- **Assessora Técnica Administrativa II** - Gisele Cristina dos Santos
- **Analista de Suporte e Gestão – Bibliotecária** - Elisandra Aparecida. G. Moraes